

Revisão Sistemática de Literatura: a prática de psicólogo/a/e/s acerca de demandas da não monogamia no contexto brasileiro

Nicole Agnes Nunes de Araújo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

João Paulo Macedo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Resumo: A não monogamia emerge da possibilidade de tecer diferentes arranjos e práticas relacionais que fogem do contrato de uma exclusividade afetivo-sexual, configurando-se contra a norma monogâmica. Assim, por compreendermos a Psicologia enquanto área de cuidado que necessita estar atenta às demandas sociais, faz-se necessário compreender como a Psicologia tem discutido e refletido sobre questões acerca da não monogamia no contexto brasileiro. O trabalho teve o objetivo de realizar uma revisão sistemática para investigar as produções científicas brasileiras na área da Psicologia referente às vivências não monogâmicas. O levantamento dos estudos foi realizado nas bases CAPES, PepSIC, SciELO, LILACS, BDTD, BVS e BVS-Psi, com os seguintes descritores “psicologia” e “não monogamia”, “psicologia não monogamia” e “psicologia and não monogamia”. Os resultados decorrem da amostra de 5 trabalhos encontrados. A partir desses resultados, três categorias de análise foram discutidas, sendo elas: discussões acerca dos instrumentos/ferramentas, o atravessamento das relações de gênero e a prática psicológica ligada às questões acerca da não monogamia.

Palavras-chave: Não monogamia; Psicologia; Atuação Profissional

Abstract: Non-monogamy emerges from the possibility of weaving different relational arrangements and practices that go beyond the contract of emotional and sexual exclusivity, standing against monogamous norms. Therefore, since we understand Psychology as a care area that needs to be attentive to social demands, it is necessary to understand how Psychology has discussed and reflected on issues related to non-monogamy in the Brazilian context. The aim of this study was to conduct a systematic review to investigate Brazilian scientific productions in the field of Psychology regarding non-monogamous experiences. The studies were searched in the CAPES, PepSIC, SciELO, LILACS, BDTD, BVS, and BVS-Psi databases using the following descriptors: "psychology" and "non-monogamy," "psychology non-monogamy," and "psychology and non-monogamy." The results come from a sample of five studies found. Based on these results, three categories of analysis were discussed, namely: discussions about instruments/tools, gender relations, and psychological practice related to issues surrounding non-monogamy.

Keywords: Non-monogamy; Psychology; Professional performance

1 INTRODUÇÃO

Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” por intermédio dos estudos de Karl Marx, referentes ao trabalho de Lewis H. Morgan sobre “A sociedade antiga” (2014), Engels (2019) faz uma análise sobre o desenvolvimento histórico e cultural da humanidade, principalmente no que se diz respeito às formas de relacionamento estarem diretamente conectadas e determinadas a partir dos modos de produção econômicos de cada sociedade e/ou época. Nesse sentido, Engels (2019) elucida como as dinâmicas familiares movimentam-se segundo o desenvolvimento da sociedade, cujo decurso inicia-se com matrimônios por grupos, período primitivo, até a família monogâmica, época de passagem entre o período bárbaro e o início da civilização.

O estudo de Morgan (2014) sobre os iroqueses, um grupo indígena que vive em Nova York - EUA, revelou um sistema de parentesco diferente dos sistemas de parentesco que conhecemos em nossa vida familiar cotidiana. Nesse sistema, os homens viviam em poligamia e as mulheres em poliandria, com as crianças sendo consideradas comuns a todos. Essa forma de organização familiar sugere a existência de casamentos por grupos e representa uma das formas mais antigas de estrutura familiar conhecida.

Ainda no que se refere aos estudos de Morgan sobre “A sociedade antiga” (2014), ele estabelece três períodos históricos culturais, são eles: selvagem, barbárie e civilização. Engels (2019) relacionou cada período a um modelo relacional. No período selvagem, existia o modelo da família consanguínea, em que as relações sexuais aconteciam entre grupos separados por gerações de irmãos e irmãs. O segundo modelo era a família punaluaana, que surgia durante o período da barbárie, restringindo as relações sexuais entre pessoas da mesma geração e estabelecendo dinâmicas familiares chamadas de gens. A gens proibia que parentes consanguíneos por linhagem feminina se casassem uns com os outros, com base em questões sociais e religiosas.

Com o progresso dos modelos relacionais e a ampliação das restrições sociais, morais e religiosas que instituíram os matrimônios correspondentes à época e cultura, uma nova forma de se relacionar se estabelece: as uniões por grupos são substituídas por uniões por pares, como terceiro modelo. Essas uniões exigiam das mulheres fidelidade absoluta, possibilitando inclusive punições severas em casos de adultério, ainda que a poligamia e a infidelidade fossem um direito resguardado aos homens. Institui-se assim a família sindiásmica, decorrente do período de transição da barbárie aos primeiros sinais da civilização. Nessa época a economia começou a ocupar importante papel, principalmente no que se refere às propriedades de bens (ENGELS, 2019).

No período de transição entre a barbárie e a civilização, nasce a família monogâmica. Esta se baseia na hegemonia do homem enquanto figura de poder, com a finalidade de gerar descendentes biológicos que sejam capazes de herdar e gerir os bens do pai. A monogamia tornou-se o meio pelo qual as posses construídas e adquiridas poderiam ser transmitidas de geração em geração. Dessa forma entende-se que a instituição do modelo de relacionamento monogâmico não foi constituída por interesses afetivos sexuais pela parceira, mas sim por questões de ordem econômica (ENGELS, 2019).

Desse modo, além de garantir uma linhagem pura, a exclusividade imposta apenas à mulher resguardava que somente herdeiros legítimos obtivessem os patrimônios. Essa estrutura coercitiva, que se estabeleceu com facilidade por intermédio das ações do Estado, além manter controle sobre as posses de terras, assegura estratégias de controle sobre os corpos e vida das mulheres.

No contexto brasileiro, o imperativo da monogamia também fez parte do projeto colonial dos jesuítas durante o Século XVI. Entretanto, a organização familiar poligâmica dos indígenas era um dos impeditivos no processo de conversão desses povos para o cristianismo. Nesse sentido, uma das exigências no processo de evangelização era o de romper com manutenção dos laços afetivos regem a cultura indígena – a poligamia – e impor a exclusividade afetivo-sexual que orienta o matrimônio monogâmico

(MOREIRA, 2018). Como apontam Núñez, Oliveira e Lago (2021), as intervenções compulsórias do cristianismo, como a obrigatoriedade da monogamia, centraram-se em anular outras práticas de espiritualidade e outras dinâmicas de laços afetivos indígenas.

Marcada por traços da colonialidade (NÚÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021) e com o objetivo da manutenção do controle das posses de terras latifundiárias, de outros povos e culturas, a estrutura monogâmica é resultado dos aspectos históricos, culturais e das relações de poder. Nesse sentido, a família monogâmica funciona não apenas como um dispositivo afetivo que regula e controla os bens econômicos da família, mas também como um dispositivo controlador e coercitivo dos corpos, dos afetos e da sexualidade. Dessa maneira, Vasallo (2022) compreende a monogamia como um sistema que define a vida privada, as relações e as práticas amorosas, a uma ferramenta contratual que estabelece a exclusividade afetivo-sexual entre duas pessoas.

Assim, Foucault (2017), em História da Sexualidade I, já nos apresentava o conceito de dispositivo de sexualidade como uma fonte de poder e controle na e pela sociedade. Sexualidade essa que não se expressa naturalmente, mas sim a partir de construções sociais que sofrem influências de fatores históricos, culturais e políticos. Nesse sentido, podemos associar a monogamia como uma dessas expressões de controle da sexualidade e vida dos indivíduos.

Em termos contemporâneos, a monogamia tem se caracterizado por práticas de envolvimento afetivo e sexual com apenas uma pessoa por vez. Essa compreensão é imposta por meio de discursos ideológicos e práticas cisheteronormativas, patriarcais e misóginas. Contudo, até pouco tempo atrás, a monogamia representava o compromisso amoroso com apenas uma pessoa para o resto da vida. Partindo dessa concepção, conseguimos perceber que o próprio sistema monogâmico passou por diferentes modificações no decorrer da história.

Contudo, foi só com o movimento contracultural e os tensionamentos dos movimentos feministas sobre a liberdade e autonomia sexual das

mulheres, que ativistas dos anos 1960 e 1970, questionaram-se a respeito da imposição de apenas um modelo de conjugalidade, a partir disso começa-se a pensar em diferentes dinâmicas de relacionamento. Além disso, a institucionalização do divórcio e o movimento homossexual também possuem marco histórico no que se refere às contestações relacionadas à imposição social da monogamia (PILÃO, 2019).

Na tentativa de fugir à norma monogâmica, a não monogamia emerge da possibilidade de tecer diferentes arranjos e práticas relacionais que fogem do contrato de uma exclusividade afetivo-sexual. O debate feito por Engels (2019) é historicamente importante no que diz respeito à desconstrução social da monogâmica, visto que nele o autor apresenta outros arranjos conjugais na história da sociedade.

Apesar das movimentações sociais, a não monogamia (NM) só ganhou notoriedade na década de 1990, com discussões acerca do poliamor. Inicialmente o poliamor surgiu como sinônimo da não monogamia para se referir a relacionamentos com mais de um parceiro simultâneo. Contudo, pela diversidade dos novos arranjos relacionais, foram se criando vertentes com características diferentes, como Relacionamento Aberto, Relações Livres, Anarquia Relacional e outros (CARVALHO, 2022).

Atualmente, o termo não monogamia é compreendido como um termo guarda-chuva para abarcar a totalidade de relações que se colocam contra a norma monogâmica existente, enquanto o poliamor refere-se a uma das vertentes da NM. Nesse sentido, relacionar-se com múltiplos parceiros amoroso-sexuais se apresenta como uma possibilidade da não monogamia e não como uma imposição dela. A NM caracteriza-se por noções, valores e práticas de relações afetivas e sexuais opostos e críticos à monogamia (CARVALHO, 2022).

Correspondente a isso, vale ressaltar que o imaginário social entende a não monogamia numa perspectiva quantitativa, de promiscuidade, em que as relações estão pautadas no número de pessoas com quem cada um se relaciona e não com a qualidade desses relacionamentos.

Outro termo recentemente estudado é a mononormatividade, junção dos radicais “mono”, “hétero” e “homo” ao substantivo “normatividade”. Ele se refere ao paradigma da monogamia, da heterossexualidade e da homonormatividade enquanto imposição normativa compulsória. A mononormatividade é atribuída de privilégios no que se refere ao âmbito do exercício da cidadania. Nesse sentido, pessoas e conjugalidades mononormativas são reconhecidas e resguardadas juridicamente. Assim, tudo o que foge a essa hegemonia é considerado ilegítimo (PORTO, 2018).

Isso tem tensionado discussões a respeito das implicações legais e jurídicas das práticas não monogâmicas. Após diversos pedidos de uniões estáveis NM, em 2012 foi registrada e reconhecida a primeira união poliamorosa entre duas mulheres e um homem. Esse caso aconteceu no estado de São Paulo, na cidade de Tupã e desde então outras uniões NM também têm sido reconhecidas legalmente no Brasil. Entretanto, com o avanço da onda conservadora, foi solicitada pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspensão desses registros por juristas os considerarem inconstitucionais (PORTO, 2018).

No que se refere às modificações nas dinâmicas conjugais contemporâneas, deparamo-nos com algumas questões nas quais a psicologia deve se ater. Knapp (1975), citado por Reis (2017) aponta que sujeitos com vivências não tradicionais são altamente estigmatizados e passam por processos de patologização por profissionais de saúde mental. Em seus estudos, Knapp (1975) percebeu que parte dos terapeutas associavam que pessoas com relacionamento aberto tinham algum tipo de transtorno de personalidade, ou tendência neurótica. Além disso, 20% desses profissionais induziam que os pacientes retornassem ao estilo de vida monogâmico.

Como citado anterior, além de serem altamente estigmatizados pela sociedade e desprotegidos judicialmente, pessoas não monogâmicas estão à mercê de profissionais de saúde mental que, por não estarem qualificados para atender esse tipo de demanda, reproduzem violências e estigmas no *setting* terapêutico.

Nesse sentido, a relevância desse tema se faz necessário para compreender como a Psicologia tem discutido e refletido sobre questões referentes a não monogamia. A psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa estar atenta às questões da NM por esta fomentar outras formas de agenciamento das relações e pela desnaturalização da monogamia enquanto imposição. Diante do debate feito acima emergiu o seguinte questionamento enquanto norteador de pesquisa: quais trabalhos científicos são produzidos sobre as questões da não monogamia na prática profissional da Psicologia?

Ao percebermos a incipiência de discussões referentes às questões de não monogamia nas áreas da Psicologia, o desejo por essa pesquisa surgiu, essencialmente, a partir de inquietações pessoais. A experiência com profissionais de Psicologia e as demandas apresentadas durante os processos terapêuticos trouxeram a autora deste trabalho questionamentos acerca de como o/a/e/s profissionais da Psicologia têm se apropriado dessas temáticas, por quais percursos e motivações decidiram qualificar suas escutas para demandas relacionadas a não monogamia e se os têm feito.

Por compreender a Psicologia enquanto área de cuidado que necessita ampliar as discussões, produções e práticas acerca das diversidades identitárias, a fim de ser uma ciência e profissão que, de fato, contemple as pluralidades, possibilitando assim uma escuta ética e comprometida no que se refere aos diversos modos de produções de subjetividades, esse estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura para investigar as produções científicas brasileiras na área da Psicologia referente às vivências não monogâmicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender que discursos impositivos têm domínio sobre as relações conjugais, nos debruçamos na perspectiva foucaultiana para entender como os sistemas vigentes conduzem discursos em torno de tais práticas. Nos volumes I e II de sua obra “História da Sexualidade”, Foucault (2017a; 2017b) nos esclarece sobre dois conceitos orientativos referente à como as formas de governo se instituem a partir dos seus discursos normalizadores para

disciplinar a sociedade, são eles: biopoder, que se refere ao governo dos corpos dos indivíduos e biopolítica, organização de tecnologias de poder sobre a população. Assim, influenciados pelas técnicas de biopoder e biopolítica, os sujeitos produzem modos de subjetividade guiados por noções tradicionais reguladoras da sexualidade.

Consonante a essa perspectiva foucaultiana, Barbosa (2015) aponta que a sexualidade aparece como um projeto de reprodução que se constitui como uma tecnologia de gestão da vida e assim possui atravessamentos no corpo social. Esse regime que governa o dispositivo da sexualidade está sempre em manutenção, não estagna, mas se recicla. Nesse sentido, desde os povos bárbaros, o sistema monogâmico surge como dispositivo de controle da sexualidade, sendo o casamento um dos elementos fundamentais para manter e assegurar o poder das heranças, do Estado e da Igreja. Seguindo essa lógica de manutenção de regimes, estudos desenvolvidos por Moreira (2018) e Geni Núñez (2021), apontam que no Brasil, a imposição da monogamia teve início com a invasão dos jesuítas, por volta de 1549.

Em virtude dessas transformações feitas a partir da injunção dos saberes europeus produtores de verdade sobre sexualidade dos povos indígenas, Foucault (2017a) nos apresenta o conceito de dispositivo da sexualidade como uma maneira em que a sociedade define os elementos sociais que correspondem a uma produção de formas legítimas e ilegítimas do exercício da sexualidade, como efeito disso, há a normatização e controle dos corpos e dos seus modos de existência, de maneira a estabelecer verdades no que se diz respeito aos modos de ser (CARVALHO, 2022). Assim, percebemos a atualização instantânea desse raciocínio normatizador na época dos povos bárbaros, colonos e na contemporaneidade.

No âmbito da dinâmica familiar, os tupinambás realizavam casamentos entre primos cruzados ou o enlace da mulher com seu tio materno. Contudo, esse tipo de relação era vista entre os povos coloniais como decadente e imoral, o que ao longo do tempo foi modificado por noções sociais europeias. Nesse caso, a intenção da Igreja era a de converter os indígenas, contudo, para que isso acontecesse seria necessário que a poligamia fosse dissolvida e

o casamento monogâmico cristão se tornasse efetivo. Essas intervenções causaram transformações culturais, organizativas, políticas e religiosas das comunidades nativas dos tupinambás (MOREIRA, 2018).

Nota-se assim que a naturalização de uma expressão específica da sexualidade – a monogamia – faz com que outras existências sejam invalidadas e silenciadas. Como bem argumenta Foucault (2017a) a imposição da monogamia serviu como peça fundamental para o casamento, constituição da família e expressão de uma sexualidade legítima no Ocidente, o que fortaleceu sua naturalização de modo que silenciou outros arranjos relacionais. Entretanto, se a monogamia é entendida como um modelo legítimo de união, cada vez mais novos agentes têm se colocado em total oposição a ela.

É a partir disso que movimentos como o da “revolução sexual”, da liberdade sexual e correntes do feminismo surgem contestando o sistema monogâmico e apresentando arranjos relacionais que são vistos como desviantes da norma monogâmica. Além desses, a chegada da pílula anticoncepcional, a institucionalização do divórcio e a inserção das mulheres no mercado de trabalho também foram transformações que contribuíram para debates referentes à sexualidade e o papel das mulheres nas relações (PEREZ; PALMA, 2018; PILÃO, 2019).

Nesse sentido, a não monogamia se mostra como um significativo campo para se explorar as estruturas dominantes que se formaram no âmbito dos relacionamentos, para isso, ela questiona práticas tidas como normativas. Apesar de sempre existir outros tipos de conjugalidades, como os casamentos em grupos, e com os avanços no que diz respeito à políticas sexuais equitativas, percebe-se ausência de políticas sociais, de saúde e jurídicas que amparem esses arranjos relacionais. A vista disso, outro ponto importante a ser ressaltado, especialmente no que se refere à psicologia, é a estigmatização que pessoas não monogâmicas sofrem, inclusive com histórico de patologização por parte de profissionais da saúde mental (CARVALHO, 2022). Isso se deve a escassez de debates relacionados ao tema. De modo geral, é necessário que profissionais da saúde mental, juristas e afins, possam

compreender as possibilidades de vivências sexuais que coexistem junto à monogamia.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo investigar o que a literatura científica tem proposto sobre vivências não monogâmicas no campo da Psicologia, através de uma revisão crítica da mesma. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática de literatura que envolveu a busca e análise de artigos científicos relacionados à temática em questão (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

De acordo com Petticrew e Roberts (2006), a revisão sistemática é um processo de levantamento de estudos previamente publicados sobre um tema específico, em que visa fornecer um panorama dos principais aspectos relacionados ao tema pesquisado por meio da organização, integração e avaliação dos estudos relevantes sobre a temática. Nesse sentido, Creswell (2010) apresenta a revisão de literatura a partir de seus múltiplos critérios, tais como: compartilhar com o leitor os resultados de estudos anteriores, ampliar diálogo sobre o estudo, preencher lacunas e expandir o conhecimento existente.

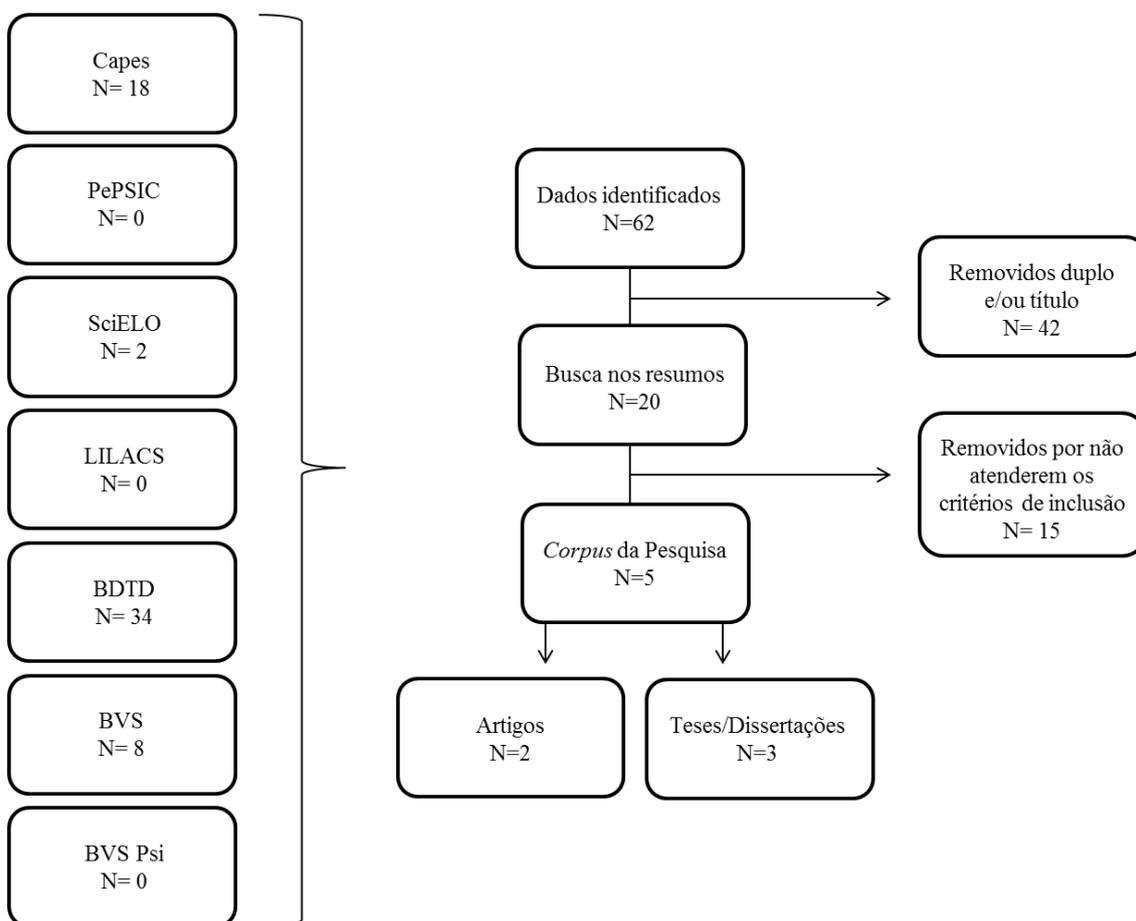
A busca foi realizada por meio de acesso à página eletrônica das bases entre fevereiro e março de 2023, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O levantamento foi realizado em sete bases de dados: CAPES, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PepSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Índice Bibliográfico de Literaturas da Ciência da Saúde dos países da América Latina e do Caribe (LILACS), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi), por serem as principais bases de pesquisa acadêmica para a área da saúde e da psicologia, possibilitando a obtenção de resultados mais específicos para essa área do conhecimento.

Os descritores utilizados para as buscas ao longo da pesquisa foram: “psicologia” e “não monogamia”, “psicologia não monogamia” e “psicologia and

não monogamia”. Como critérios de inclusão, foram considerados os artigos que abordassem a temática e estudos realizados no Brasil. Foram excluídos, os estudos que não abordavam a temática e os artigos em línguas estrangeiras.

Após a busca, foram encontrados 62 trabalhos, dentre estes, 42 foram excluídos por serem repetidos ou pelo título apresentar outro tema. Mantiveram-se 20 artigos, após leitura na íntegra destes, 15 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Ao final, uma amostra de 5 trabalhos foram analisados, como apresentado na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos nas bases de dados.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Após a leitura na íntegra dos estudos que constitui o corpus da pesquisa, os artigos selecionados foram organizados e categorizados em

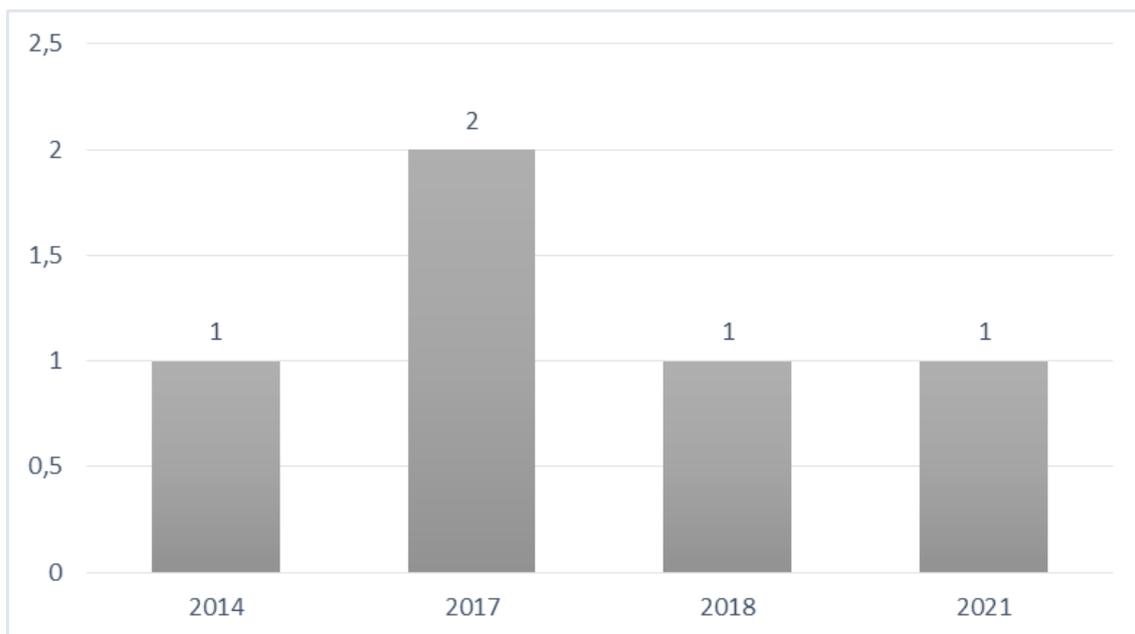
planilha no Excel, constituindo um banco de dados com as informações, considerando: base de dados, título do artigo, autores (analisando de são da área da Psicologia), ano de publicação, periódico científico, resumo, tipo de estudo, método, objetivos e categorias de análise. Uma característica importante das buscas é que não foi estabelecido recorte temporal para as pesquisas, isso ocorreu com o propósito de identificar quando esses termos passaram a ser utilizados na literatura científica.

Feita seleção, decidimos dividir essa apresentação nas seguintes categorias de análise: o uso de instrumentos/ferramentas para discutir sobre atitudes relacionadas a vivências poliamoristas/não-monogâmicas, o atravessamento das relações de gênero nos relacionamentos não monogâmicos e a prática psicológica diante das questões acerca da não monogamia, que concluímos serem relevantes para análise da produção na área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados baseiam-se na análise final de 5 artigos. O primeiro resultado remete-se às publicações por ano, que apresentaram publicações entre os anos de 2014 a 2021, sendo possível verificar que o ano de 2017 apresentou maior número de artigos registrados ($n= 2$), conforme Figura 2. A quantidade de publicações elegíveis encontradas é um ponto de reflexão importante a ser mencionado. Mesmo sem eleição de recorte temporal, ainda assim poucos trabalhos foram encontrados.

Figura 2. Artigos por ano de publicação.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Com relação a autoria das publicações, os resultados demonstraram com base na análise dos currículos, que a maioria das produções científicas (n= 4) são realizadas por autoras (es) que possuem título de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado, doutorado) com estudo e pesquisa na área. Com análise mais detalhada observou-se que todos são profissionais da Psicologia, exercem funções na docência (nos cursos de pós-graduação, graduação e especializações ligados a Psicologia). Na coautoria dos trabalhos também estiveram presentes profissionais da Psicologia.

Observou-se a produção de dissertações que abordam o tema em questão, como também publicações de artigos em periódicos científicos. Foram 3 dissertações analisadas e 2 artigos científicos. Os artigos foram encontrados nas seguintes revistas: a) Psicologia: Reflexão e Crítica (n= 1) e b) Psicologia & Sociedade (n= 1).

No que diz respeito às regiões que têm pesquisado sobre a temática, encontramos (n= 1) trabalho na região Nordeste, especificamente no Piauí, (n= 1) na região Sul do país (Porto Alegre) e os demais (n= 3) na região Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro.

No que se refere a abordagem do método, verificou-se que os trabalhos são do tipo qualitativo (n= 3) e quantitativo (n=2). Quanto ao tipo de estudo, a maioria são estudos empíricos (n= 3), seguido de estudos correlacionais (n= 2), conforme Tabela 1. Esses estudos empíricos referem-se a estudos de casos realizados por meio de entrevistas e os estudos correlacionais, estavam relacionados à utilização de instrumentos para verificação de validade e uso, ambos referentes a fatores e construtos sobre poliamor e não monogamia. Ademais os estudos apresentam objetivos diversos que abordam desde de ferramentas a análises de discurso e narrativas, sendo evidenciado também os principais resultados de cada trabalho.

Tabela 1. Caracterização dos estudos recuperados nas bases de dados.

Estudo	Tipo de Estudo	Objetivos	Resultados
Perez, Palma (2018)	Estudo empírico	Compreender as expressões do poliamor e o modo como são vivenciadas por seus praticantes.	Observou-se que a vivência do amor livre ainda está aprisionada a contextos específicos devido às situações de preconceito. Por fim, entende-se que o poliamor é vivido de forma diferente por homens e mulheres por questões relacionadas ao gênero.
Gouveia, Mendes, Freire, Freires, Barbosa (2014)	Estudo correlacional	Adaptar para o português o programa FreeIAT (Meade, 2009). Mostrar como funciona, oferecendo um exemplo específico de pesquisa para avaliação de	Confia-se ter demonstrado efetividade na utilização do FreeIAT como ferramenta para construir medidas implícitas. Os instrumentos utilizados demonstram que quanto maior as atitudes

atitudes implícitas frente ao poliamor.

explícitas frente ao poliamor menor o tempo necessário para associar as palavras positivas e o poliamor.

Caumo
(2021)

Estudo
correlacional

Investigar o papel moderador do tipo de relacionamento vivenciado na relação entre o traço da personalidade Exclusividade em Relacionamentos e o bem-estar subjetivo.

O fator monogamia da exclusividade em relacionamentos não impactou no BES daqueles em RNMC, a possível explicação é que as pessoas que escolhem estar em um relacionamento fora dos padrões mononormativos, tais como RNMC, estariam sendo condizentes com suas características individuais, visto que não há motivos culturais e sociais que as façam escolher pelos RNMC.

Silva
(2017)

Estudo
empírico

Esse estudo se propõe a analisar de que modo estão implicadas as partes no “acordo” poliamorista e questionar se o poliamor rompe com o amor romântico, a partir de um olhar feminista.

As mulheres desta pesquisa apontaram de maneira positiva o status de questionamento que o poliamor faz sobre a monogamia, embora algumas delas apontassem sentir-se cansadas. Foram relatadas demandas relacionadas a questões de gênero, preconceito e transtorno psicológico

“dismorfismo”.

Reis (2017)	Estudo empírico	Compreender a dinâmica de relacionamento na perspectiva do poliamor.	A partir da análise das entrevistas chegaram a três categorias: a) vivenciando o cotidiano; b) vivenciado o social; c) construindo as relações de gênero. As principais queixas relacionadas às vivências poliamorosas são referentes a ciúmes, relação de gênero e preconceito.
----------------	--------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Os trabalhos publicados abordam sobre três grandes temas: o uso de instrumentos/ferramentas para discutir sobre atitudes relacionadas a vivências poliamoristas/não-monogâmicas, o atravessamento das relações de gênero nos relacionamentos não monogâmicos e a prática psicológica diante das questões acerca da não monogamia.

Uso de instrumentos/ferramentas

Como já mencionado, dois dos cinco trabalhos analisados utilizaram-se de instrumentos/ferramentas para avaliar atitudes referentes a relacionamentos não monogâmicos/poliamoristas. O primeiro artigo que citamos aqui trata-se da

primeira produção acadêmica na área da Psicologia, “Medindo Associação Implícita com FreeIAT em Português: Um Exemplo com Atitudes Implícitas frente ao Poliamor” (GOUVEIA et al, 2014), trabalho fruto da tese de doutorado da primeira pesquisadora brasileira a discutir Poliamor na Psicologia, Sandra Freire, e de co autoria com pesquisadores vinculados ao campo da Psicologia.

O artigo tem o poliamor como tema secundário, já que o objetivo central do estudo foi testar a viabilidade de uma versão gratuita da ferramenta “Implicit Association Task” (IAT). A pesquisa apresenta resultados sobre as atitudes das pessoas frente ao poliamor. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que pessoas favoráveis à monogamia, não se mostraram contrárias ao poliamor (GOUVEIA et al, 2014).

O segundo é uma dissertação de título “Exclusividade em relacionamentos e bem-estar subjetivo: o papel moderador do tipo de relacionamento” (CAUMO, 2021). O objetivo geral do trabalho foi verificar como a exclusividade em relacionamentos e os tipos de relacionamento interagem para prever o Bem-Estar Subjetivo (BES) e para atingir esse objetivo elaborou-se um instrumento que avaliasse a exclusividade em relacionamentos.

Assim, os principais resultados foram que o fator monogamia da exclusividade em relacionamentos não impactou no BES daqueles em Relações Não Monogâmicas Consensuais (RNMC), a possível explicação é que as pessoas que escolhem estar em um relacionamento fora dos padrões mononormativos, tais como RNMC, em estar em um relacionamento fora dos padrões mononormativos, tais como RNMC, estariam sendo condizentes com suas características individuais. Portanto, quando o tipo de relacionamento é condizente com os níveis de monogamia, não há impacto desse fator no bem-estar subjetivo. O fator fidelidade não apresentou impacto nas dimensões do bem-estar subjetivo em nenhum dos tipos de relacionamentos.

Com isso, podemos considerar que a elaboração e o uso de ferramentas na área da Psicologia contribuem para o desenvolvimento de outras pesquisas

no contexto brasileiro. Subsidiária, inclusive, para práticas psicológicas nos mais diversos contextos de atuação.

Atravessamento de gênero para as mulheres

A estrutura familiar monogâmica tradicional baseia-se no patriarcado, que centraliza o homem e oprime a mulher, impondo papéis sociais em que o homem é autorizado a ser infiel, enquanto a mulher é submetida à fidelidade conjugal. Em contrapartida, a não monogamia empenha-se em defender a simetria de gênero e em nivelar a realização dos desejos entre os gêneros (PEREZ; PALMA, 2018).

Conforme os estudos apontam (PEREZ; PALMA, 2018; REIS, 2017; SILVA, 2017) a vivência de relacionamentos não monogâmicos ainda estão aprisionada a contextos específicos das questões de gênero, sobretudo para o gênero feminino. Na busca pela compreensão das vivências em relacionamentos não monogâmicos, as questões de gênero são anunciadas pelos trabalhos a partir de dois movimentos. O primeiro deles refere-se a tentativa de equiparar a liberdade sexual entre pessoas que se reconhecem no gênero feminino e masculino. O segundo movimento trata-se do estigma reproduzido pelos companheiros (gênero masculino) dentro das relações e reproduzido pela sociedade.

Nessa perspectiva, o trabalho de Perez e Palma (2018) apresenta narrativas que indicam a busca por igualdade de gênero como uma expressão das relações amorosas. Uma das entrevistadas diz: "(...) E superar isso é uma coisa que eu acho que se dá muito aos poucos, assim. Essas barreiras das diferenças de gênero e de educação e de liberdade sexual" (PEREZ; PALMA, 2018, pg. 6). Essa busca pela equidade de gênero permite questionar as diferenças e desigualdades geradas pelas relações, que vão além da compreensão do amor e estão presentes nos estereótipos de gênero (SILVA, 2017).

As pesquisas demonstram que as pressões sociais que constroem os estereótipos de gênero levam homens e mulheres a vivenciarem o poliamor de maneira distinta. Os homens parecem ter maior facilidade em experienciar o

poliamor/não monogamia na prática, enquanto as mulheres o consideram um suporte filosófico que as liberta do papel de propriedade de seus parceiros, permitindo-lhes sentirem-se livres (PEREZ; PALMA, 2018; SILVA, 2017).

Em contrapartida, os resultados da pesquisa de Reis (2017) nos indicam a presença dos estereótipos de gênero nas atitudes dentro de relacionamentos não monogâmicos. As participantes apontam situações relacionadas às questões de gênero que lhes causam aflição. A dominação e superioridade hierárquica foram as duas mais citadas. Assim percebe-se que apesar dos esforços para alcançar a igualdade entre homens e mulheres nos relacionamentos, ainda se mostra comum que muitas mulheres ainda sejam subjugadas às vontades masculinas, especialmente quando enfrentam o olhar social em relação a si mesmas e aos seus relacionamentos.

Logo, quando analisamos a relação entre o conceito de dispositivo de sexualidade de Foucault (2017a) e os atravessamentos de gênero em relacionamentos, podemos observar que a sociedade em que vivemos constrói a monogamia como norma e ideal de expressão da sexualidade, especialmente para expressões de sexualidade do gênero feminino. Assim, apesar da não monogamia funcionar, a certo modo, como resistência ao dispositivo de sexualidade, ainda notamos brechas de controle que tendem a reproduzir padrões de opressão e desigualdade de gênero, como apontado nas pesquisas (PEREZ; PALMA, 2018; SILVA, 2017; REIS, 2017).

A prática psicológica

Diante das buscas e análise dos trabalhos encontrados não foi possível visualizar o debate aprofundado sobre a prática psicológica diante das questões da não monogamia. Em vista disso, é necessário que haja mais investigações sobre a temática para que se possa compreender como tem se constituído e se consolidado as pesquisas e práticas dos profissionais da psicologia acerca da temática e dos diversos modos de produção de subjetividades.

A temática da não monogamia ainda é pouco dialogada dentro dos cursos de graduação em Psicologia, bem como nas formações continuadas

pelas trabalhadoras (es), fazendo com que se tenha pouco repertório sobre a questão e temáticas vinculadas, tais como relações de gênero nas mais diversas configurações relacionais, mediação e manejo para situações de sofrimento psíquico causado por conflitos familiares em relações não monogâmicas e/ou poliamorosas (CARVALHO, 2022).

Outra questão importante apontada por Caumo (2021) diz respeito às investigações e pesquisas na área, que possam auxiliar profissionais da Psicologia nas práticas e intervenções clínicas para trabalharem com as questões que fazem parte do cenário dos novos tipos de conjugalidades. Assim, estudos que abordem a temática podem ajudar a ampliar a visão dos profissionais sobre quais ferramentas e forma de manejo são possíveis para o trabalho ético, seja na prática clínica, seja nas redes de atenção à saúde ou em outros contextos profissionais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções acadêmicas apontam para estudos relacionados à compreensão das vivências e perspectivas desse outro modelo de conjugalidade, correlações frente aos relacionamentos monogâmicos e não monogâmicos.

Os trabalhos encontrados enfatizaram três eixos de análise, que constituem discussões acerca dos instrumentos/ferramentas, o atravessamento das relações de gênero e a prática psicológica ligados às questões acerca da não monogamia.

A relevância de pesquisas direcionadas à temática se faz presente principalmente para compreender qual a dimensão do que tem estudado e práticas possíveis no âmbito da Psicologia e das questões da não monogamia. Além disso, a importância de se discutir a temática deve ser enfatizada pela psicologia devido ao fato de que pessoas que se envolvem em relacionamentos não convencionais são frequentemente estigmatizadas e até mesmo patologizadas por profissionais de saúde mental.

Futuros estudos são importantes para a compreensão da prática psicológica relacionadas a questões não monogâmicas, bem como para subsidiar a atuação profissional nos mais diversos contextos de atuação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mônica. **Poliamor e relações livres**: do amor à militância contra a monogamia compulsória. Editora Multifoco, Luminária Academia, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, p. 1-1, 2016.

CARVALHO, Pedro Henrique Charão de. **A produção sobre relações poliafetivas na psicologia brasileira**: uma revisão sistemática sobre não monogamia de 2004 a 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

CAUMO, Gabriel Ramos. **Exclusividade em relacionamentos e bem-estar subjetivo**: o papel moderador do tipo de relacionamento. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017b.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n.1, 2014.

GOUVEIA, Valdiney V. et al. Medindo associação implícita com o freeIAT em Português: um exemplo com atitudes implícitas frente ao poliamor. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, p. 679-688, 2014.

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 19, p. 29-52, 2018.

NÚÑEZ, Geni Daniela; OLIVEIRA, João Miguel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti) colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, 2021.

PEREZ, Tatiana Spalding; PALMA, Yáskara Arrial. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

PILÃO, Antonio Cerdeira. Quando o amor é o problema: feminismo e poliamor em debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

PORTO, Duina. Mononormatividade, intimidade e cidadania. **Revista Direito GV**, v. 14, p. 654-681, 2018.

REIS, Janaina Batista Gonzalez. **A construção de um relacionamento na perspectiva do poliamor**. 2017.

SILVA, Grazielle Campos da. **Do amor romântico ao poliamor: uma análise crítica a partir da teoria feminista**. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOARES, Leonardo Barro; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2º semestre, 2009.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. Editora Elefante, 2022.